

Setor da construção assina Termo de Cooperação Técnica

Foi assinado hoje (12) Termo de Cooperação Técnica destinado a promover melhorias na cadeia produtiva da construção civil, por meio de um Arranjo Produtivo Local (APL). O objetivo é estruturar o segmento para atender aos novos requisitos estabelecidos pela Norma de Desempenho de Edificações – NBR 15.575.

O documento foi assinado pelos Sindicatos da Indústria da Construção (Sinduscon), de Cerâmica (Sindicer), de Produtos de Cimento (Sinprocimento) e de Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (Simelgo), pela Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás, Fieg, pelo Senai Goiás, ICQ Brasil, IEL Goiás, Comat/Cbic, Caixa Econômica Federal, Crea-GO, UFG, PUC-GO e Furnas. Nele, constam o papel e as responsabilidades de cada instituição durante o processo. A execução do termo terá a coordenação do Sinduscon e do ICQ Brasil, que também se encarregará de certificar as empresas.

Norma de Desempenho – A principal característica da NBR 15.575 é que ela foi concebida com base no conceito de desempenho, diferentemente de quase todo arcabouço normativo brasileiro, baseado em prescrição. A diferença é que a abordagem de desempenho está preocupada, por exemplo, com os resultados que um edifício ou sistema deve atingir quando em utilização (comportamento em uso) e não com a forma com que foi construído. Um edifício bem comportado é aquele que atende às expectativas dos usuários ao longo de uma vida útil definida em projeto e a tradução técnica destas necessidades dos usuários é, justamente, o objetivo da norma de desempenho.

A pretensão dessa norma foi a de traduzir tecnicamente as necessidades dos consumidores brasileiros de imóveis. O desempenho mínimo obrigatório foi definido para alguns sistemas dos edifícios (estruturas, pisos internos, paredes e vedações, coberturas e sistemas hidrossanitários) e seguiu as diretrizes da ISO 6241, de 1984, que definiram quais os requisitos de desempenho que devem ser atendidos. Alguns deles são: segurança estrutural, segurança contra incêndio, desempenho térmico, acústico, lumínico, manutenibilidade (o grau de quanto é difícil ou fácil realizar a manutenção de um sistema), conforto tátil e antropodinâmico, etc. (Fonte: IEL e Crea-SC)

Meneguelli defende apoio do governo a ações do Sesi e Senai

Em visita, na última terça-feira (10), a Goiânia para divulgar o projeto Vira Vida, destinado a atender adolescentes e jovens que vivem em situação de exploração sexual no País, o presidente do Conselho Nacional do Sesi, Jair



Sesi Nacional

Meneguelli (foto), elogiou as ações de educação básica e educação profissional do Sesi e Senai em Goiás. Acompanhado do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e diretor regional do Sesi, Pedro Alves de Oliveira, ele conheceu mostra de trabalhos desenvolvidos em cursos de educação continuada no Estado. “Os exemplos do Sesi em cada Estado são fantásticos. É preciso unificar as experiências. Precisamos fazer o governo entender a expertise que têm as instituições Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat e Sebrae. Precisamos trazer os sindicatos dos trabalhadores também, não só os empresários. Enfim, juntar experiências dos governos, trabalhadores e instituições para alcançar melhores resultados.”

Ensino técnico - Jair Meneguelli, que fez curso de ferramentaria no Senai de São Paulo, no início da década de 60, destacou a importância do ensino técnico industrial ministrado pela instituição, que completa 70 anos no Brasil e 60 em Goiás. Ao comparar a

educação profissional então oferecida com a de hoje, ele insistiu na necessidade de o governo assumir sua responsabilidade no processo.

“Os princípios são os mesmos de antes e acho até que tenha de mudar alguma coisa, porque o Senai surgiu da empresa para suprir suas necessidades, numa época em que o governo não tinha sequer preocupação em formar sua população. Eu acho que isso tem de ir mudando aos poucos. O Estado tem de entender que a responsabilidade de formação de seu povo é dele, Estado. Obviamente que enquanto não acontecer isso, que, pelo amor de Deus, permaneça o Senai formando, assim como eu fui formado, como o Lula foi formado, o Vicentinho e tantos outros”, disse Meneguelli, em referência ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao deputado federal e ex-dirigente sindical Vicentinho.

Sobre o projeto ViraVida, do Sesi, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, destacou a iniciativa, realizada há quase três anos, em 13 Estados, no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio de ações de caráter socioeducativo e formação profissional. “O projeto é fantástico, a exploração sexual existe em todo o Brasil e dizer que não tem solução seria cruzar os braços e deixar à deriva um problema de todos nós. Entendo que devemos unir as forças das instituições do Sistema S e do poder público em prol do programa e dar uma solução

EXPEDIENTE

para esse problema gravíssimo”, disse. Pedro Alves afirmou ainda que o enfrentamento ao problema não será uma tarefa fácil, mas, com uma atuação conjunta nesse propósito, o resultado aparecerá e valerá a pena. “A Federação das Indústrias do Estado de Goiás vai, sim, colocar toda sua equipe e estrutura para dar contribuição no projeto ViraVida”, assegurou.

Fieg realiza debate sobre novos rumos da mineração

Está programada para amanhã (13), na Casa da Indústria, palestra do Ciclo de Debates Mineração e Desenvolvimento. O engenheiro de minas e diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa, irá falar sobre o tema Mineração Rumo ao Futuro, abordando o novo marco regulatório do setor – que o governo federal pretende aprovar ainda este ano –, entre outros assuntos. O evento ocorre a partir das 10 horas e é direcionado a empresários do setor, entidades relacionadas à mineração e interessados em geral. A iniciativa é da Fieg, por meio de sua Câmara Setorial de Mineração, que tem como presidente José Vitti e vice-presidente, Luiz Vessani. Informações pelo telefone (62) 3219-1753.

Cenário – A expansão da produção e a boa colocação nos rankings internacionais podem camuflar os problemas que o setor de mineração enfrenta. A legislação é um deles e o governo se prepara para enviar ao Congresso projeto detalhado de reforma do marco regulatório. O Código de Mineração (Lei 227/67) em vigor, por exemplo, tem 45 anos. Especialistas ressaltam que a norma está defasada e necessita de atualização em vários aspectos.

Toda a cadeia produtiva sente os efeitos da expansão do mercado e seus consequentes gargalos. No caso dos minerais mais competitivos, como ferro, o transporte é feito basicamente por ferrovias da iniciativa privada, que têm dificuldade em atender à crescente demanda para levar o produto da mina até os portos para a exportação.

Números – De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), a produção nacional atingiu, em 2011, novo recorde: cerca de 50 bilhões de dólares (aproximadamente R\$ 90 bilhões) – valor 28% superior ao alcançado no ano anterior (39 bilhões de dólares, ou pouco mais de R\$ 70 bilhões).

Conforme o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Brasil é atualmente o maior exportador mundial de ferro e nióbio e segundo maior de manganês, bauxita e tantalita. Ainda pelas contas do DNPM, em 2010, atuavam no País quase 8 mil empresas mineradoras (7.932), a maioria delas concentrada na Região Sudeste (3.392), seguida pelas regiões Sul (1.901), Nordeste (1.258), Centro-Oeste (942) e Norte (439). (Fonte: Fieg e Agência Câmara)

Sindirepa convoca indústrias do setor para discutir Convenção Coletiva

O Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás (Sindirepa) realizará sua primeira Convenção

Coletiva de trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Goiânia (Sindmetal-GO).

Para tanto, o Sindirepa convida as categorias discriminadas a seguir para analisar a pauta de reivindicações do Sindmetal: manutenção e reparação de motocicletas, bicicletas e outros veículos não-motorizados; retífica de motores; serviços de manutenção mecânica de veículos automotores; serviços de lanternagem e pintura de veículos automotores; serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; serviços de borracharia para veículos automotores; serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.

A reunião para discussão sobre a pauta será dia 18 de abril, às 19 horas, no Palácio da Indústria. Informações pelo telefone (62) 3224-0121.

CNI diz que obrigatoriedade do ponto eletrônico é incoerência do governo

O gerente executivo de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Emerson Casali, disse hoje (12), em audiência pública no Senado, que a obrigatoriedade do uso do Registrador Eletrônico de Ponto (REP), em vigor desde 2 de abril último por portaria do Ministério do Trabalho, é uma incoerência com a própria política de governo da presidente Dilma Rousseff.

A Portaria 1.510/09, segundo Casali, contraria as medidas de desoneração da folha de pessoal tomadas pelo governo em 15 setores, com a eliminação da contribuição previdenciária em troca de aumento da alíquota sobre o faturamento. “O governo sentiu a necessidade de desonerar o custo do trabalho. E isso passa também pela desoneração do investimento, eliminando um conjunto de questões que causam custos sem gerar um ganho real para a sociedade, empresas e trabalhador, como é o caso do REP”, sublinhou.

Destacou que a portaria do Ministério do Trabalho é um empecilho também à Lei

EXPEDIENTE

12.551/11, que regulamenta o teletrabalho, sancionada em dezembro por Dilma Rousseff. “Como o trabalhador que está em casa vai registrar a sua jornada pelo REP? Só se implantar um equipamento na sua casa. Ou seja: o que é uma tendência no mercado de trabalho não é válido para a Portaria 1.510”, questionou. Defendeu enfaticamente a aprovação do projeto 2.839/2010, em tramitação na Câmara dos Deputados, que susta a portaria do Ministério do Trabalho.

O gerente-executivo de Relações do Trabalho da CNI enfatizou que as regras do Registrador de Ponto não solucionam o problema do excesso de horas extras, seu principal objetivo. “O REP não resolve o problema do excesso de jornada. É comum ocorrer, nessa situação, que o trabalhador vai à máquina, registra o ponto e volta a trabalhar”, declarou Casali. (Fonte: CNI)

Senai promove palestras gratuitas para artesãos de Cristalina

Dando continuidade ao programa para desenvolver o Arranjo Produtivo Local de artesanato mineral da cidade de Cristalina, o Senai Goiás realiza, no dia 17 de abril, palestras sobre design de joias. O evento ocorrerá no plenário José Rodrigues de Queiroz, na Câmara Municipal de Cristalina, às 19 horas. A entrada é gratuita e o público-alvo é composto pelos artesãos da cidade e demais pessoas que tenham interesse no segmento joalheiro.

Nas palestras, o chileno Patrício Alzamora abordará o tema Design e Tecnologia para Produtividade; e a designer Denise Bernardes, do Senai Goiás, falará sobre o Design como Fator Diferencial do Produto.

Na ocasião, serão feitas inscrições para cursos gratuitos de capacitação em artesanato também ministrados e certificados pelo Senai programados para a cidade a partir do mês de maio.

O programa para desenvolvimento do APL de Artesanato Mineral de Cristalina teve início em 2005, em parceria do Ministério da Integração Nacional e da Prefeitura Municipal de Cristalina. Para esta nova etapa, o apoio da Associação dos Artesãos de Cristalina tem sido fundamental. Informações: (62) 3219-1737.

Sete anos do IEL em Rio Verde

A unidade do Instituto Euvaldo Lodi foi fundada em Rio Verde no ano de 2005, sob demanda do setor produtivo local e parceria com a Associação Comercial e Industrial (Acirv), que almejavam, de início, fortalecer a cadeia produtiva com a qualificação das pequenas e médias empresas fornecedoras de serviços e/ou produtos, bem como criar para os estudantes oportunidades de melhor formação profissional, por meio do estágio.

Nesses sete anos, a unidade desenvolveu o Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF) junto a quatro grupos, envolvendo 18 indústrias gestoras e 52 empresas fornecedoras.

Na área educacional, com parcerias estratégicas junto a instituições de ensino e outras organizações e ações específicas, como

palestras e atendimento personalizado, o IEL em Rio Verde viabilizou a colocação de cerca de 3 mil estudantes em campo de estágio.

Goiana é finalista do prêmio IEL de Estágio Nacional



Sarah Carneiro Henrique (foto), estagiária na Mabel, é uma das finalistas da categoria grande empresa, no Prêmio IEL Boas Práticas de Estágio, etapa nacional, que será realizado em Brasília. Vencedora na fase regional, promovida pelo IEL Goiás, no ano passado, ela foi selecionada para a final pelos bons resultados obtidos com o projeto “Otimização da Logística Interna de Distribuição de Matéria-Prima”. Organizado pelos regionais do Instituto, que encaminham para a fase nacional os primeiros colocados das categorias micro/pequena, média e grande empresa, o prêmio IEL Boas Práticas de Estágio identifica e reconhece as empresas, estudantes e instituições de ensino que se destacam na prática do bom estágio.

Entenda a NBR ISO/IEC com curso no IEL

Dias 18 e 19 próximos, treinamento específico apresentará e interpretará a Norma NBR ISO/IEC 17025. Reconhecida e utilizada mundialmente como referência para a gestão da qualidade e para a competência técnica de laboratórios de ensaios e calibrações, a norma também serve de referência para a acreditação de ensaios e calibrações junto ao Inmetro, a fim de inserção nas Redes Brasileiras de Laboratórios.

O treinamento, coordenado pelo IEL Goiás, será em Goiânia e busca apresentar a norma, permitindo o entendimento de seus requisitos para a implantação de um sistema de gestão nos laboratórios. Mais detalhes no site www.ielgo.com.br.



Faculdade é uma coisa. **INSCRIÇÕES ABERTAS**

AGORA, FACULDADE COM HISTÓRIAS DE SUCESSO É A DO SENAI.

4002-6213 | www.senaigo.com.br **FIEG SENAI**